PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85/2026

Concede a Medalha Thomé de Souza ao Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido a medalha Thomé de Souza ao Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

Art. 2º. A mesa da Câmara fica autorizada a entrega da referida medalha, em Sessão Solene previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente resolução correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 28 de setembro de 2026

Vereador Marcelo Guimarães Neto

JUSTIFICATIVA

Manoel Jorge e Silva Neto é professor, escritor e subprocurador-geral do Trabalho. Natural de Salvador, onde nasceu em 24 de agosto de 1963, é filho de Jairo Moreira Vasconcelos e Maria do Carmo Azevedo e Silva.

Sua trajetória combina atuação acadêmica, experiência institucional e compromisso permanente com a defesa da Constituição, dos direitos fundamentais e dos direitos sociais. No Ministério Público do Trabalho (MPT), para o qual foi aprovado em concurso público em 1991, exerce o cargo de subprocurador-geral do Trabalho, função em que atua na proteção da ordem jurídica e dos direitos dos trabalhadores, contribuindo para o fortalecimento das instituições e para a construção de relações de trabalho mais justas e igualitárias.

Atuou como membro do MPT na Bahia de 1996 a 2014, período em que adotou diversas iniciativas judiciais e extrajudiciais em defesa da pessoa com deficiência, do

meio ambiente do trabalho, da intimidade e da liberdade religiosa dos trabalhadores baianos.

Ativista da causa da pessoa com deficiência no Brasil, é responsável pelas primeiras ações judiciais destinadas à reserva de postos de trabalho para pessoas com deficiência no país. Atualmente, é membro da Coordenadoria de Recursos Judiciais da Procuradoria-Geral do Trabalho.

É graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e possui pós-doutorado pela Università Mediterranea di Reggio Calabria, na Itália.

Além da atuação no Ministério Público do Trabalho, exerce o cargo de diretor-geral adjunto da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), instituição dedicada à formação e ao aperfeiçoamento de membros e servidores do Ministério Público da União. É, ainda, diretor-geral da Rede de Direitos Humanos e Transnacionalidade. Sua participação na área educacional e institucional contribui para a qualificação profissional, a difusão do conhecimento jurídico e o aprofundamento dos debates sobre os desafios contemporâneos da democracia e dos direitos fundamentais.

Sua trajetória institucional também inclui a atuação na Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), entidade que presidiu em dois períodos, entre eles o de 1998 a 2000, e o exercício da função de conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) entre 2015 e 2019. Foi agraciado com o Prêmio Evaristo de Moraes Filho, concedido pela ANPT aos membros do MPT que elaboram as melhores peças processuais. Integra a Academia de Letras Jurídicas da Bahia, um reconhecimento à sua contribuição para o pensamento jurídico e para a cultura brasileira, e foi condecorado com a Ordem do Mérito Militar. Manoel Jorge é atualmente Presidente da Academia Brasiliense de Direito e Diretor de Relações Internacionais da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

Como professor, pesquisador e escritor, Manoel Jorge desenvolve estudos em direito constitucional, direitos fundamentais, direito do trabalho, liberdade religiosa, proteção dos interesses transindividuais, privacidade, igualdade e não discriminação. Sua produção intelectual reúne 30 livros publicados, dois deles escritos originalmente em francês, capítulos, artigos científicos, textos jornalísticos e trabalhos apresentados em eventos no Brasil e no exterior.

Entre suas obras de destaque está Curso de Direito Constitucional, referência voltada ao estudo sistematizado da Constituição e de seus principais institutos. A obra alcança a

11ª edição e reflete a dedicação do autor à análise do Direito Constitucional e à formação de estudantes e profissionais do Direito.

Também é autor de Proteção Constitucional à Liberdade Religiosa, obra que examina a liberdade religiosa como direito fundamental e aborda a relação entre religião, Estado, democracia e Constituição. O livro está em sua 5ª edição e evidencia a relevância de sua contribuição para o debate sobre a laicidade estatal, a proteção das liberdades públicas e a convivência democrática. As obras citadas possuem coautoria com a Professora Maiana Guimarães e Silva.

Entre seus trabalhos está ainda Constitucionalismo Brasileiro Tardio, obra dedicada à análise do desenvolvimento constitucional brasileiro e dos desafios relacionados à efetividade da Constituição. O livro integra sua produção voltada à compreensão das instituições, dos direitos fundamentais e da evolução do constitucionalismo no país.

Sua produção acadêmica se destaca pela combinação entre rigor técnico, profundidade intelectual e compromisso com temas que impactam diretamente a sociedade. Ao tratar de Constituição, liberdade religiosa, direitos sociais, igualdade e proteção dos trabalhadores, Manoel Jorge aproxima o conhecimento jurídico dos problemas concretos da vida pública e contribui para ampliar o acesso ao debate sobre cidadania e democracia.

Convidado para conferências em diversos países, como Estados Unidos, França, Itália, Portugal e Polônia, ministra palestras em inglês, francês e italiano. No Brasil, foi convidado para 213 congressos e seminários e para quase 100 entrevistas em emissoras de rádio e televisão no Estado da Bahia e no Distrito Federal.

Também é integrante de bancas examinadoras para concursos públicos do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Militar, dos Ministérios Públicos estaduais, das procuradorias dos estados e da magistratura do trabalho e estadual. Orienta pesquisas e contribui para a formação de novas gerações de profissionais e estudiosos do Direito.

A atuação de Manoel Jorge e Silva Neto se projeta, assim, em três frentes complementares: a defesa dos direitos sociais no Ministério Público do Trabalho, a formação acadêmica como professor e a produção intelectual como escritor e pesquisador. Esse conjunto de atividades expressa uma trajetória dedicada ao serviço público, à educação e ao fortalecimento das instituições democráticas.

Salvador, 28 de setembro de 2026

Vereador Marcelo Guimarães Neto